

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS DE CONTEUDO VIRTUAL.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Atendendo aos dispositivos da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações, elaboramos o presente Termo de Referência configurando as informações fundamentais para caracterização das condições ideais para a Contratação de Artistas Culturais.

2. DO OBJETO

2.1. O presente termo de referência tem por objeto a contratação de **Atividades Artísticas Culturais de Conteúdo Virtual: GRUPO DE PAGODE CLIMATIZANDO, DK E BANDA e DJ ESTRELA**, devidamente credenciados através do Processo nº 069/2020 – SUPEC, que atendem os critérios estabelecidos em Lei, para suprir a programação LIVE, conforme anexo I.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A Prefeitura Municipal de Boa Vista – PMBV, por meio da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista – FETEC, considerando o enfrentamento da pandemia causado pelo vírus CONVID 19, no que causou medidas de proteção como a publicação do Decreto Municipal nº 38/E de 22 de Março de 2020, para se fazer o isolamento social e assim garantir a segurança da saúde do município. Diante disso foi necessária a paralização de eventos públicos e privados, situação esta que causou fragilidade econômica no meio artístico, devido esta situação a FETEC realizará apresentações artísticas, via internet, na modalidade “LIVE”, que será transmitido por canal de You Tube e redes sociais da Prefeitura Municipal de Boa Vista.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços serão prestados conforme discriminado abaixo:

4.1.1 Os serviços artísticos serão prestados através de LIVES (bandas e/ou artista musical), a execução das mesmas será em local físico disponibilizado pela FETEC, nos horários e datas designados no contrato, a LIVE será em tempo real e terá duração de 90 a 120 minutos no máximo, com o número máximo de 04 (quatro) integrantes.

- 4.1.2 O contratado prestará seu serviço utilizando seus instrumentos musicais, equipamentos e utensílios necessários à perfeita execução contratuais;
- 4.1.3 Deverá chegar ao local com uma hora de antecedência.

5. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O prazo de execução do serviço será até o termino de cada apresentação artística, conforme especificado no nexso I deste termo.

6. CUSTOS ESTIMADOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. O custo estimado global da presente contratação é de **R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)**.
- 6.2. O valor a ser pago está de acordo com Tabela de Remuneração, estabelecida pela Portaria da Presidência da FETEC nº 0126/2020, de 08 de Abril de 2020, publicada no Diário Oficial Municipal de Boa Vista nº 5113 de 17 de Abril de 2020, que determina os valores de serviços artísticos de conteúdo digital nas modalidades “LIVE” (transmissão ao vivo) e “VÍDEOS” (gravados), anexo.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1. As despesas decorrentes da eventual contratação dos serviços correrão à conta da dotação orçamentária:

Órgão Solicitante	Projeto Atividade	Elemento de Despesas	Fonte
Superintendência de Cultura	13.392.0026.2076	3.3.90.39.00	1.001.00

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será através de ordem bancária creditada em conta corrente, indicada pelos contratados, em até 30 (trinta) dias após o protocolo de entrada da Nota Fiscal e/ou Fatura devidamente atestada pelo Superintendente de Cultura e Fiscal Nomeado.
- 8.2. As notas fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de

regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), inclusive relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

8.3. Caso a contratada goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo simples nacional (lei Complementar no 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN no 480/04, alterada pela IN no 706/07, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, a contratada ficará responsável por comunicar ao contratante qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do contrato.

8.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao contratante.

8.5. Caso a contratante não cumpra o prazo estipulado no termo de referência, pagará à contratada atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcionalmente aos dias de atraso.

8.6. Não caberá pagamento de atualização financeira à Contratada caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta;

8.7. Em havendo possibilidade de antecipação de pagamento, somente aplicáveis as obrigações adimplidas, a contratante fará jus a desconto na mesma proporção prevista neste termo.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Contratante Caberá:

9.1.1. Proporcionar todas as condições para que a contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, seus Anexos e do Termo de Referência;

9.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.4 É de responsabilidade da contratante a despesa com a taxa do ECAD;

9.1.5 A FETEC se reserva No direito de interromper o sinal da LIVE ou descontinuar a divulgação de qual quer trabalho/projeto no caso desconsonância com Termo de Referência, Contrato e/ou Edital.

9.1.6 Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no decorrer da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.1.7 Pagar a contratado o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

9.1.8 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Os contratados se comprometerão em cumprir as seguintes obrigações:

10.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Edital e de sua proposta, e buscar todos os meios necessários para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

10.1.2. O contratado deverá prestar suas obrigações contratuais com rigor a pontualidade de horário e data.

10.1.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações da mesma visando ao fiel desempenho das atividades;

10.1.4. Devido as políticas de proteção ao COVID-19, adotadas pela Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde, recomenda-se que os artistas não se aglomerem, principalmente no que refere ao camarim, e que cheguem prontos para a sua apresentação;

10.1.5. No que refere a proteção do COVID-19, com as recomendações da Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde, o contratado se responsabiliza em disponibilizar os materiais de EPIs (Equipamento de Proteção Individual) dos artistas;

10.1.6. É vedado nas apresentações artísticas: a divulgação de cunho político e partidário, a expressões de baixo calão, declarações pejorativos ou degradantes a pessoa humana, sob pena de ter a transmissão suspensa e responder administrativamente ou judicialmente;

- 10.1.7. É vedado durante a apresentação artística fazer pedido de vantagem pessoal ou terceiros, sem a devida autorização da Contratante, sob pena de ter a transmissão suspensa e responder administrativamente ou judicialmente;
- 10.1.8. O contratado responderá a PMBV/FETEC, por todos e quaisquer danos materiais ou morais, seja por ação ou omissão, dolosa ou culposa; como também se responsabilizará civilmente por atos de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes.
- 10.1.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.1.10. Apresentar à contratante, quando for necessária, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao espaço destinado para a apresentação do show, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 10.1.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 10.1.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 10.1.13. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho infantil menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e do contrato;
- 10.1.16. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no edital e do contrato;
- 10.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato.

11. DA VIGÊNCIA

11.1. O prazo da vigência será de 30 dias após a assinatura do contrato.

12. DAS PENALIDADES

12.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a FETEC, as sanções administrativas aplicadas ao licitante serão as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a FETEC;

12.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

12.3. Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, subtraído o que foi executado;

12.4. Não havendo mais interesse da FETEC na execução parcial ou total do contrato, em razão do descumprimento pelo contratado de qualquer das condições estabelecidas para a prestação dos serviços objeto deste certame, implicará multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

12.5 O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita à contratada, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei no 8.666/93;

12.6. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pela FETEC ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula;

12.7. Sempre que não houver prejuízo para a FETEC, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério;

12.8. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, de acordo com o que estabelecem os arts. 77 a 80 da lei nº 8.666/93.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo representante da FETEC, **André Luiz de Sá Correa e Carina Lobo Silva**, que serão nomeados através de portaria, neste ato, denominados Fiscais, devidamente credenciados aos quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

13.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

13.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Para a habilitação serão exigidos dos interessados exclusivamente, documentação relativa a:

14.2. Pessoa Física:

- a) Cópia legível de RG;
- b) CPF do proponente;
- c) Cópia de 01 (um) comprovante de residência atualizado do Proponente (com data de vencimento não anterior a três meses), com CEP, preferencialmente de água ou luz; caso o comprovante esteja em nome de terceiro, o proponente deverá apresentar também uma declaração, conforme Anexo II, que comprovará sua residência;
- d) Certidão de nada consta Civil da Justiça Estadual e Federal; (CND – Ação Civil)
- e) Certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e a dívida ativa da união, fornecida pela receita federal;

- f) Certidão negativa de débitos Municipal (É dispensável no caso de não possuir cadastro na secretaria de finanças do Município e fica sob a responsabilidade desta fundação a consulta neste caso em questão);
- g) Dados bancários;
- h) Declaração de que não possui no quadro de funcionários da empresa, trabalhador menos de 18 (dezoito) anos atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos atuando em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme determina o artigo 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
- i) Declaração de que não possui vínculo direto ou indiretamente com a administração Pública Municipal, em conformidade com o Inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
- j) Declaração de responsabilidade pela dupla e/ou banda.

14.2. Pessoa Jurídica:

- a) Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social em vigor), devidamente registrado por órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou dirigentes e, se for o caso, de procurações que substabeleçam poderes a terceiros;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício (quando for o caso);
- c) Cópia Autenticada da inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF, Cédula de Identidade – RG e Comprovante de Endereço Atualizado dos representantes legais da Instituição;
- d) Certidão Simplificada da Junta Comercial;
- e) Ata de Fundação e Estatuto, devidamente registrados (quando for o caso);
- f) Registro Comercial e suas alterações se houver (quando for o caso de Empresa individual);
- g) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- h) Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal e, quando couber, estadual, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do credenciamento;
- i) ***Cópia Autenticada em cartório do Contrato de Exclusividade;***
- j) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- k) Certidão Negativa de Débitos de Regularidade do FGTS;
- l) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal;
- m) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual;
- n) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- o) Certidão Negativa de Concordata e Falência;
- p) Comprovante de conta bancária (folha de Cheque, cartão ou extrato);
- q) Declaração de cumprimento do Disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88 (trabalho de menores de idade, observada a Lei nº 9.854/99);

- r) Declaração de inexistência de Fato Superveniente impeditivo da habilitação;
- s) Declaração de que não ocupa cargo de chefia ou função de confiança na – FETEC;
- t) Declaração de inexistência dos fatos impedimentos descritos no artigo 9º da Lei nº. 8.666/93;
- u) Declaração de Responsabilidades das Informações;
- v) Rider da Banda;

Parágrafo único: *Caberá exclusivamente a banda e/ou artista, a escolha de representante jurídico junto a Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista – FETEC.*

15. DA PUBLICAÇÃO

15.1 A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no Diário Oficial do Município de Boa Vista, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

16. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1. Aplicam-se, no que couberem, as disposições constantes da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

16.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, de acordo com o que estabelecem os art's. 77 a 80 da Lei Nacional nº 8.666/93, com suas alterações, ficando assegurados os direitos da administração em caso de rescisão administrativa;

16.3. O descumprimento pela contratada de quaisquer das cláusulas e/ou condições estabelecidas neste instrumento, ocasionando a inexecução total ou parcial do acordado, ensejará, garantida a prévia defesa, a rescisão do contrato na forma prescrita nos artigos 79 e 80 da lei nº 8666/93, e/ou a aplicação pelo contratante, das sanções constantes nos artigos 86 e 87, do mesmo diploma legal, conforme estabelecido no termo de referência;

16.4. A FETEC poderá pedir a garantia contratual, se assim fizer necessário, conforme os termos do art. 56 da Lei 8.666/93 e suas alterações;

16.6. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução do contrato, serão resolvidos entre as partes contratantes por meio de procedimento administrativo.

16.7. Fica eleito o Foro do Município de Boa Vista-RR, para dirimir quaisquer dúvidas de ordem jurídica, que este Edital possa vir a ocasionar.

Boa Vista – RR, 22 de Abril de 2020.

Elaboradores do Termo de Referência:


Eliz Regina Nascimento Araújo
Assistente II


Joao Capistrano da Silva Mota
Assessor III


Naiza Rebelo Menezes
Superintendente de Cultura

De acordo: _____

Daniel Soares Lima
Presidente da FETEC

ANEXO I

MODALIDADES	LOCAL DA APRESENTAÇÃO / LIVE	DATA E HORÁRIO DA APRESENTAÇÃO		DURAÇÃO DA APRESENTAÇÃO	VALOR (R\$)
GRUPO DE PAGODE CLIMATIZANDO	PALCO DA SALA RORAIMEIRA	24/04	19h	1h	R\$ 1.700,00
DK E BANDA			20h	1h	R\$ 1.700,00
DJ ESTRELA			21h	1h	R\$ 1.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 4.400,00

Boa Vista – RR, 22 de Abril de 2020.


Naiza Rebelo Menezes
Superintendente de Cultura

ANEXO II

EMPRESA	MODALIDADE	VALOR R\$
NADYNNE KELLY VELOSO LEAL CNPJ 15.153.387/0001-93 BANCO DO BRASIL AG. 1036-7 C/C 178578	GRUPO DE PAGODE CLIMATIZANDO	R\$ 1.700,00
	DK E BANDA	R\$ 1.700,00
	DJ ESTRELA	R\$ 1.000,00
VALOR TOTAL BANDAS		R\$ 4.400,00

Boa Vista-RR, 22 de Abril de 2020.


Naiza Rebelo Menezes
Superintendente de Cultura